

CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO
CURSO DE PSICOLOGIA

NAYARA FREIRE BEZERRA MARUNO

**CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: DIÁLOGOS COM A
PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ
2018

NAYARA FREIRE BEZERRA MARUNO

**CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: DIÁLOGOS COM A
PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
coordenação de Psicologia do Centro
Universitário Leão Sampaio, como requisito para
obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Marcus César Belmino de Borba.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2018

NAYARA FREIRE BEZERRA MARUNO

**CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: DIÁLOGOS COM A
PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr.
Leão Sampaio, como requisito para
obtenção de grau de Bacharelado em
Psicologia.

Aprovado em: 12 / 12 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcus César de Borba Belmino
Orientador(a)



Profª Esp. Larissa Maria Linard Ramalho
Avaliador(a)



Profª Ma. Rita Fabiana Arrais do Nascimento
Avaliador(a)

CRÍTICA À SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: diálogos com a Psicologia Social Crítica

Nayara Freire Bezerra Maruno¹
Marcus César de Borba Belmino²

RESUMO

O presente trabalho visa entender como a Psicologia Social se coloca junto aos processos de fortalecimento e enfrentamento das desigualdades estruturais e contradições sociais dos países latino-americanos. Para tanto, realiza-se um resgate histórico breve dos contextos de surgimento e estabelecimento do capitalismo, dos processos de colonização e de alguns aspectos particulares sucedidos nessa região, discutindo as consequências desses processos nos níveis macrosociais e subjetivos dos indivíduos. Questões como estas, extrapolam conjunturas isoladas na economia, política e sociedade amplificando debates amplos e inquietantes questionamentos, dentre eles, como a racionalidade e a subjetividade moderna relacionam-se com a lógica neoliberal hegemônica? Há consequências e especificidades para estes processos na América Latina? Há um lugar possível à Psicologia Social diante desses enfrentamentos? Este trabalho, constitui-se numa revisão bibliográfica de caráter exploratório, com utilização de artigos e algumas bibliografias específicas, trazidas com a finalidade de produzir discussões e problematizações mais ricas e abrangentes. O trabalho pretende problematizar o modelo econômico hegemônico e as implicações advindas dos processos seculares de sua estruturação. Para além, espera-se avistar soluções possíveis, voltadas aos contextos e realidades latino-americanos, dentro de uma lógica contra-hegemônica, orientada à cooperação, sustentabilidade e solidariedade.

Palavras-chave: Psicologia Social. Neoliberalismo. América- Latina. Subjetividade. Cooperação.

ABSTRACT

This paper aims to understand how Social Psychology places itself along the processes of strengthening and coping with structural inequalities and social contradictions of Latin American countries. In order to do so, a brief historical rescue of the contexts of the emergence and establishment of capitalism, the processes of colonization, and some particular aspects of this region is discussed, discussing the consequences of these processes at the macro-social and subjective levels of individuals. Questions such as these extrapolate isolated conjunctures in the economy, politics and society amplifying broad debates and disturbing questions, among them, how rationality and modern subjectivity are related to hegemonic neoliberal logic? Are there consequences and specificities for these processes in Latin America? Is there a possible place for Social Psychology in the face of these confrontations? This work constitutes a bibliographic review of an exploratory character, using articles and some specific bibliographies, brought with the purpose of producing richer and more comprehensive discussions and problematizations. The work intends to problematize the hegemonic economic model and the implications of the secular processes of its structuring. In addition, it is hoped to see possible solutions, focused on Latin American contexts and realities, within a logic oriented to cooperation, sustainability and solidarity.

Keywords: Social Psychology. Neoliberalism. Latin America. Subjectivity. Cooperation.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: nayara.fbezerra@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marcuscezar@leaosampaio.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas em diversos campos do conhecimento vêm, atualmente, buscando problematizar e discutir o modelo preponderante de desenvolvimento econômico mundial, o capitalismo, que dita a lógica de funcionamento aos quais se encontra sujeita a grande maioria da população mundial. Os efeitos da lógica desenvolvimentista que acompanha seu movimento mais moderno, o neoliberalismo, podem ser muitos deles devastadores, especialmente na economia, sociedade e natureza dos países que serviram como colônias de exploração e alimentação do sistema capitalista desde a sua gênese.

A situação torna-se mais crítica em se tratando de um contexto latino-americano. Um histórico de exploração, submissão e opressão - historicamente mal contada - é responsável por grande parte dos sofrimentos hoje enfrentados por estas nações. Desigualdades sociais abissais e concentração de renda, contribuem hoje para um quadro de violência generalizada, que denuncia imensas contradições sociais e instabilidades políticas e econômicas.

Estudiosos contemporâneos das mais diversas áreas das ciências sociais, políticas, econômicas, ecológicas e humanas, incluindo a psicologia, como por exemplo, Ignacio Martín-Baró, Marcus César Belmino, Alberto Acosta, Fernando Luís González Rey, Afrânio Mendes Catani, Pierre Dardot, Christian Laval, dentre outros, buscam atender ao chamado implícito de compreensão do que Martins (2011, p. 11) refere como o desafio de “captar o movimento da crescente articulação entre o global e as particularidades regionais, nacionais e locais”, vislumbrando lógicas contra-hegemônicas que possam “iluminar a intervenção social e política para tornar possível imprimir na realidade o selo de nossos desejos”. Destacam-se nesse rol de autores supracitados, aqueles de origem latino-americana, os quais protagonizam algumas das discussões que dizem respeito à formação histórico-cultural de seus povos e os efeitos catastróficos de um “desenvolvimento” imposto e aos quais retornaremos oportunamente.

Um estudo psicológico que se propõe a alcançar e conceber com maior abrangência o indivíduo, necessita compreender tanto os processos que compõe a sua história, quanto sua realidade mais atual e cotidiana, inclusive conhecendo aspectos que constituem suas sociedades e como estas se inserem no mundo.

As variações dos processos de dominação capital e suas imposições forjam na modernidade, para além do fator econômico, um novo *status quo* e uma subjetividade

característica. Dardot e Laval (2016, n.p.¹), definem um dos pontos cruciais da particularidade neoliberal como estando “na relação entre as instituições e a ação individual”, construindo através das estratégias de concorrência e situações de mercado, o que chamam de “racionalidade neoliberal”. Os autores ressaltam a importância de entender a dinâmica de fatores imbricados no processo de funcionamento neoliberal e sua suposta eficiência, desnaturalizando a hegemonia da norma econômica como única possibilidade de equilíbrio geral.

Apesar de questões como estas apresentarem-se como conjunturas isoladas, elas extrapolam questões gerais, como política, economia, ecologia e sociedade, amplificando profundos debates, como por exemplo, a subjetivação deste homem, estruturado e submetido hoje, a um contexto neoliberal complexo. Quais implicações subjetivas advêm de uma racionalidade, ao mesmo tempo, geradora e descendente de um funcionamento neoliberal? Como esta racionalidade está de tal forma, impregnada e entranhada no modo de pensar, fazer e viver dos indivíduos e coletividades? Quais as especificidades e consequências desses processos para a América-Latina?

O presente trabalho tem por objetivo compreender o discurso e o lugar da Psicologia Social Crítica no fortalecimento dos processos de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas estruturais nos países latino-americanos, especialmente no Brasil. Inicialmente, busca resgatar alguns aspectos históricos pertinentes ao contexto de colonização e exploração a que foi submetida a região latino-americana, compreendendo mais profundamente a realidade atual dessas populações em um contexto global neoliberal. Num segundo momento, pretende-se discutir a subjetividade e a racionalidade modernas forjadas nessas vivências, para, por fim, entender de que maneira a Psicologia produzida na América-Latina compreende seu panorama atual, podendo fortalecer e estimular soluções alternativas de caráter contra-hegemônico, que se distanciam da lógica socioeconômica neoliberal predominante.

A Psicologia Social abre-se então, como vertente de problematizações abrangentes e de amplas discussões, que não se abstém das problemáticas latino-americanas e dos processos de enfrentamento mais representativos e importantes. As discussões realizadas nesse trabalho pretendem contribuir com os estudos na área, buscando compreender o papel da psicologia ao reinventar-se para a América Latina, tornando-se participativa nos processos reais de suas

¹ Texto retirado de e-book não paginado. Manteve-se o padrão de citação n.p. (não paginado), já que a ABNT ainda não possui normatização específica para textos não paginados de e-book.

sociedades e indivíduos. Inclui na pauta de discussões, as possibilidades efetivas de construção de formas renovadas de se pensar as economias e as sociedades latino-americanas, a partir de vivências mais comunitárias e compartilhadas, pautadas na solidariedade e sustentabilidade.

A pesquisa torna-se pertinente no meio acadêmico, não por ser inédita ou rara em sua constituição temática isolada, mas porque possui algo de inabitual na reunião de seus temas. Propõe-se abordar alguns aspectos - históricos, econômicos e políticos - e relacioná-los criticamente ao modo de vida e entendimento subjetivo do homem atual, ao mesmo tempo, vítima dos processos de opressão e exclusão, mas inserido e coparticipativo no voraz processo de produção neoliberal. Para além, o trabalho contribui na busca por avistar soluções possíveis e ajustadas aos contextos e realidades latino-americanas, dentro de uma lógica mais voltada à cooperação, sustentabilidade e solidariedade, uma necessidade primordial e urgente na contemporaneidade à qual discutiremos adiante.

As questões sociais e de sustentabilidade são ainda de relevo pessoal e interesse profundo, desde o início da graduação em Psicologia e mesmo anteriormente, sendo aprofundada e direcionada agora aos estudos da Psicologia Social, não somente por percepção da elevada importância e crucialidade, mas também por identificação afetiva e compatibilidade com princípios e vivências comunitárias e cooperativas. Há uma enorme produção de sentido na experiência de pesquisa que se inicia, geradora de identificações com as quais mobilizo grande parte da minha energia e motivação de vida.

A pesquisa bibliográfica teve caráter qualitativo e exploratório. Foram realizados levantamentos bibliográficos no Google Acadêmico e no portal BVS, tendo acesso às bases de dados LILACS e Scielo. Os descritores utilizados foram: psicologia social, psicologia da libertação e neoliberalismo. Os critérios empregados para a seleção do material, foram a atualidade das pesquisas e local de origem, dando preferência a produções e autores latino-americanos. A versatilidade dos temas abordados no presente artigo, junto ao propósito de motivar discussões mais ricas e abrangentes suscitou o uso de bibliografia específica, particularmente nas discussões que interrelacionam sustentabilidade, ecologia, política e economia. Para tanto, buscou-se apoio em preciosos arcabouços teóricos de reconhecidos autores e pesquisadores citados anteriormente (BARÓ, 2017; BELMINO, 2017; ACOSTA, 2016; DARDOT E LAVAL, 2016; GONZÁLEZ REY, 2003; CATANI, 2003).

2. RESGATE HISTÓRICO

2.1 BREVE ESBOÇO DO CAPITALISMO

Pretende-se realizar um esboço do capitalismo que se atenha minimamente em fases fixas, já que as demais referências deste trabalho, tendem a definí-lo sob variadas perspectivas, com olhares e nomenclaturas próprias. Entretanto, será respeitada uma linha do tempo implícita de seu princípio (com os movimentos iniciais de acumulação capital), período médio (onde atinge maior complexidade de processos e capacidade de acumulação) e fase mais contemporânea (integração econômica global).

O contexto de nascimento do capitalismo contemporiza vários movimentos ideológicos e perspectivas políticas e socioeconômicas, como vertentes fisiocráticas, nacionalistas, socialistas e liberalistas no século XIX, advindos do Iluminismo (FERNANDES, 2018). Ele origina-se na Europa, em meio à efervescência das ideias liberalistas e a partir da dissolução gradual, complexa e prolongada, de uma forma precedente de sociedade de classes em regime feudal (escravocrata ou regime de servidão). Define-se basicamente como sendo, uma prática com finalidade econômica e de caráter acumulativo, seja financeiro, seja dos meios materiais que possibilitam essa concentração. O trabalho, nesse regime, passa a funcionar socialmente, por divisões e com uso de meios privados. Dentre os aspectos mais controversos e comumente referidos acerca do capitalismo, destaca-se sua gestação, um processo referido como longo e intrincado, envolvendo notórias mudanças no quadro político e social da época (CATANI, 2003).

De forma sucinta e primitiva, o capitalismo mesclava-se nas formas de produção mais primordiais que incluíam a troca e pela origem do dinheiro como mediador dessas permutas. Empreendeu gradualmente, a transformação da força de trabalho em mercadoria negociada por dinheiro, a expansão capital e a apropriação e concentração burguesa através da produção de mais-valia. Nessa miscelânea, os movimentos alternavam-se de forma difusa, e o capitalista, apesar de já mantido pela classe trabalhadora, ainda não possuía a centralização total. O operário-artesão valia-se ainda de alguma autonomia, mesmo que frágil (CATANI, 2003).

O capitalismo executa então, um duplo e longo movimento: o de liquidação de artesãos e camponeses (impossibilitados de concorrer com o ritmo de produção das fábricas) e sua transformação e incorporação gradual à massa proletária, assalariada e consumidora dos

produtos finais. Catani (2003), refere que, a oferta aumentada de mão-de-obra, em união com a menor necessidade de trabalhadores, força a inserção destes num regime que lhe supra minimamente a vida e implica sua aceitação dos regimes de trabalho impostos, principalmente antes do surgimento das regulamentações mínimas e leis trabalhistas. O autor completa, dizendo que após transformar trabalho em mercadoria e consumi-lo, a essência da acumulação e geração de riquezas do regime capitalista, consiste basicamente em trabalho excedente, ao que enfatiza dizendo

[...] para que o conjunto de classe operária produza sua força de trabalho é necessário que ela esteja viva, isto é, que se alimente, durma, se agasalhe e se reproduza. Sem isso, não poderia voltar diariamente aos latifúndios e às fábricas do capital, para lá vender a sua força de trabalho [...], esse valor é pago no salário, que deve dar apenas para o estritamente indispensável: a sobrevivência e o mínimo de educação necessários ao futuro trabalhador. [...]. A razão do círculo vicioso está na *mais-valia* [...] (CATANI, 2003, p.29).

Na Revolução Industrial, o capitalismo alcança enorme crescimento. Através da acumulação primitiva de capital, a mecanização e transformação dos processos de produção tornam-se possíveis, gerando a centralização do trabalho em fábricas de produções massivas. Se por um lado a industrialização trouxe a renovação e o fortalecimento do capitalismo, com aumento da produção, elevação do nível técnico e poder de geração material, para Dardot e Laval (2016), a exploração concentrada que separa o proletariado dos autênticos burgueses, promoveu o esfacelamento do campesinato e do artesanato, trazendo inseguranças, instabilidades, privando a propriedade, urbanizando e modificando a existência de uma massa de trabalhadores. As implicações subjetivas e sociais dessas modificações estruturais serão melhor discutidas adiante.

Desenha-se então, o que Catani (2003, p.48) refere como “capitalismo tardio”, em que o estabelecimento familiar, agrário ou comercial é sucumbido por poderosas empresas mobilizadoras de ações; o financiamento próprio e o capital familiar cedem paulatinamente ao poderio dos impérios bancários, generalizando a estrutura de créditos; a dominação do mercado pelos vorazes monopólios e oligopólios, materializam o caráter lucrativo e competitivo impulsionador do capitalismo, estruturando uma nova forma de concorrência.

Catani (2003, p 49), infere que nessa fase denominada capitalismo imperialista, observa-se uma concorrência mais combativa, para além dos preços dos artigos produzidos. A concorrência aqui se faz pelo uso ostensivo da publicidade, proteções e influências políticas, práticas de boicote entre empresas, intocáveis acordos de abaixamento de preços, chegando à fusão de monopólios (geralmente na forma de absorção por empresas de maior porte).

Importante destacar também, o surgimento de um fenômeno, referido pelo autor como “neonacionalismo”, ou em outras palavras a “configuração de interesses estruturados de caráter capitalista, determinando todo ele os enérgicos confrontos armados característicos dessa fase: as guerras na Europa e no mundo”.

Para Dardot e Laval (2016, n.p.), o liberalismo desde sua gênese traz um delineamento controverso e enigmático. Eles reconhecem seu caráter problemático como algo presente desde a origem. Mencionam ainda, que durante o século XIX, emergem daí questões cruciais para o racionalismo liberal como “o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado”.

Especificamente para o liberalismo econômico, o indivíduo torna-se o elemento central da economia, podendo concorrer livremente com os demais e com liberdade sobre suas propriedades. O papel do Estado, se limitaria a fazer cumprir as leis do combate econômico. Através da expansão progressiva da produção, acreditava-se o enriquecimento seria extensivo à toda a população, por um equilíbrio espontâneo: a “mão invisível” de Adam Smith, referindo-se à autorregulação de mercado que orientaria a economia (CATANI, 2003, p. 53). Gerações posteriores de estudiosos, dentre eles Karl Marx, confrontando as consequências advindas desses jogos sequiosos, destituíam Smith de seu sonho bucólico.

Se para grande parte dos economistas e estudiosos da época, os ciclos de crises do capitalismo tenderiam a ser superados dentro do próprio mecanismo de mercado - entre depressões e expansões econômicas - para Marx (1974), categórico em seus estudos, as contradições e situações sociais conflitantes advindas das relações de mercado, eram consequências da concentração de capital e do fim da livre concorrência, prevendo ainda, que nessa pirâmide econômica, a tendência seria um cume (capital centrado), totalmente apartado de sua base (proletariado e força de trabalho) à qual continuamente cresceria, depauperada, bem como as desigualdades de renda e diferenças de classe.

A chamada crise do liberalismo antecede a Primeira Guerra Mundial e estende-se no período entreguerras, aprofundando-se com o crescimento dos movimentos que buscavam reformas sociais e que ganha terreno em várias nações industrializadas. Dardot e Laval (2016, n.p.), afirmam mesmo que, “a tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou”.

2.2 ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA AMÉRICA LATINA E BRASIL

Iniciadas ainda no século XVI, sob organização de portugueses e espanhóis, as navegações marítimas incorporaram terras americanas em seus domínios comerciais com o mundo. A estruturação do capitalismo inicia-se por parte do mundo Norte na América Latina, como um processo com vistas a ser “instrumento de acumulação primitiva de capital” (CATANI, 2003, P. 63-64). O capitalismo aqui, recria os trabalhos servís e a escravidão, organizando uma forma de economia colonial que baseava-se em conquistar, colonizar e explorar, ampliando a geração de riquezas e complementando a economia metropolitana. O resgate histórico do capitalismo imposto à América Latina, acaba sempre por rememorar um contexto complexo de colonização forçada, extrativismo severo de nossas Naturezas, demérito à cultura e conhecimento dos povos nativos, dentre outras violências (ACOSTA, 2016).

Estas metrópoles, sedes de um surgente sistema econômico de acumulação, basearam e especializaram suas ações na manufatura e comercialização a partir dos bens naturais explorados. Os processo de exploração consistiam de mecanismos específicos, que incluem a apropriação dos excedentes produzidos nas colônias e comercializados internacionalmente, a tomada dos lucros gerados por elas (quase integralmente) e o estabelecimento de mercados coloniais para escoamento da produção das metrópoles. Estas, por sua vez, possuíam a exclusividade na compra, adquirindo produtos coloniais pelo menor preço possível. Seus produtos, entretanto, eram vendidos na colônia por preços exorbitantes, onde foram instituídas também, tributações com severa fiscalização sobre algumas atividades, por exemplo a mineração (CATANI, 2003).

Simultaneamente, estabeleceu-se o tráfico negreiro, que se apresentou como possibilidade de alavancar os lucros, tanto pela exploração do trabalho compulsório e não-assalariado de negros e indígenas, quanto pela comercialização e exportação de vidas humanas negras, trazidas do continente africano. Também os colonos aqui estabelecidos, tornaram-se latifundiários com rendas consideráveis. Todos esses processos de apropriação, exploração e controle retiraram da colônia - vista somente como mola de propulsão da economia metropolitana - qualquer possibilidade de crescimento econômico autônomo (CATANI, 2003).

Ainda hoje, essas regiões de exploração exportam sua Natureza sem critérios sustentáveis que permitam inferir minimamente os prejuízos e riscos de esgotamento

ambiental, transferindo massas imensas de riqueza natural e recursos primários próprios que servem à produção, desenvolvimento industrial e enriquecimento capital de países específicos. Essas práticas são perpetuadas e abalizadas hoje, pela autoridade e hegemonia do poder econômico, político e científico (ACOSTA, 2016).

Através do discurso científico, servo do avanço tecnológico irrefreado, legitima-se a manutenção dessas relações de exploração, deturpadamente ditas “sustentáveis” de recursos ditos “renováveis”. Acosta (2016, P.50), contesta algumas dessas deturpações tidas como “verdades científicas” trazendo o exemplo da extração de minérios, como metais, e de petróleo, atividades essencialmente de depredação, que jamais deveriam ter o caráter de “sustentável”. Afirma também que o ritmo de exploração de que se alimenta o fazer econômico atual amparado por governos tanto neoliberais quanto progressistas, não permite à natureza seu processo de renovação, destacando que “um processo é sustentável quando se pode manter no tempo, sem ajuda externa”.

Denominada, segundo o autor e diversas literaturas, de a “maldição dos recursos naturais” ou o “paradoxo da abundância”, essa realidade apresenta o antagonismo e o absurdo de uma situação, onde os mais abundantes países do mundo em termos de riquezas naturais, estão fadados à pobreza e ao subdesenvolvimento, sob a égide de que, a total degradação ambiental justifica-se como paga irremediável para ascender ao desenvolvimento. Para quem? (ACOSTA, 2016, p.48).

Os autores Alves e Knorek (2012, p.15), alertam sobre o caráter social seriamente excludente e os prejuízos ecológicos irreversíveis impostos por essa lógica desenvolvimentista, afirmando que “os limites da prosperidade na economia atual estão sendo impostos não pela falta de capital criado pelo homem, mas de capital natural.” Problematizam ainda, a teoria do desenvolvimento econômico, realizando a diferenciação fundamental entre “crescimento econômico” e “desenvolvimento”. Referem que, para uma nação, crescer e desenvolver-se, não representam o mesmo processo, como querem induzir as perspectivas desenvolvimentistas mais tradicionais. Basicamente, o crescimento sugere variações quantitativas de dados econômicos, enquanto que, o desenvolvimento, implica em transformações estruturais que envolvem, distribuição de renda e mudanças nos processos de produção.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL é uma das cinco comissões regionais que compõem a ONU, desde 1948 e cuja função é estudar e promover políticas voltadas para o desenvolvimento específico dessas regiões, debruçando-se sobre

questões ligadas à desigualdade, pobreza, justiça social, paz e fortalecimento da democracia nesses países. Segundo dados recentes, publicados por essa comissão, houve aumento nos anos de 2015 e 2016, na região latino americana, dos níveis de pobreza e extrema pobreza (média regional) após mais de dez anos onde essas taxas haviam sido reduzidas. Assim

Em 2014, 28,5% da população da região encontrava-se em situação de pobreza (168 milhões de pessoas), porcentagem que aumentou para 29,8% em 2015 (178 milhões) e para 30,7% em 2016 (186 milhões de pessoas). Já a extrema pobreza passou de 8,2% em 2014 (48 milhões de pessoas) para 10% em 2016 (61 milhões de pessoas) (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Falar em capitalismo na América Latina implica, segundo Acosta (2016, p.48), em compreender um padrão cíclico de dependência extrativista que assumiu diversas formas e nomes, mas que permanece quase que invariável em sua estrutura de base: extrair dos Trópicos e produzir – negociar e lucrar - no Norte. Historicamente, a estrutura de exploração e servidão à qual fomos submetidos, liga-se diretamente à pobreza quase generalizada das maiorias populacionais latino-americanas, além de repetidas e constantes crises econômicas. O autor completa referindo que, “tudo isso aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática dessa região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais, e deteriora gravemente o meio-ambiente” (ACOSTA, 2016, p.52).

2.3 NEOLIBERALISMO

A breve discussão anterior acerca da gênese capitalista, sua estruturação, manutenção, de algumas faces e práticas assumidas especificamente na América Latina, teve o objetivo de fertilizar o terreno das discussões que se seguem nos permitindo maior historicidade e propriedade conceitual. Martins (2011), ressalta a importância da visualização secular dos processos de existência e resistência capitalista, não somente como condição para crítica e análise do contexto atual, mas também como possibilidade de previsão de desdobramentos dentro desse modelo, levantando debates mais profundos dos mecanismos e da normatividade do capitalismo em sua face pós-moderna - o neoliberalismo.

Dardot e Laval (2016, n.p.), levantam a importância da compreensão do neoliberalismo, desde sua essência até a história de sua fortificação, mediante a adoção de planos cada vez mais rígidos e efetivos para ampla concorrência de mercado. Afirmam que com o neoliberalismo, o capitalismo, “não parece mais capaz de encontrar compensações,

contrapartidas, compromissos”. Os autores julgam que a ignorância diante da lógica hegemônica neoliberal, nos coloca cegos, despreparados e reféns dentro do sistema, e que somente a observação analítica da estruturação e execução do mesmo, junto à confrontação política “é condição para uma resistência eficaz em escala européia e mundial” sendo uma “questão estratégica universal”.

Os autores problematizam ainda, o que seria uma “ontologia naturalista” segundo a qual imaginou-se que o fenômeno do neoliberalismo, ao ser forjado no seio de uma ideologia, assim caminharia, direcionando-se espontaneamente a um movimento mais estável, equilibrado e crescente. Alertam, para o que referem como “um erro de diagnóstico”, causado não somente por uma cegueira fanática dos impulsos iniciais do crescimento econômico observado, mas porque se confundiu a ideologia que orientou os movimentos neoliberais iniciais, com sua prática efetiva e característica (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

Versão mais atual do capitalismo moderno, aperfeiçoada e com maior capacidade de captação e resistência, o neoliberalismo, acaba por representar e aplicar os princípios liberais, mediante um ambicioso projeto pós-moderno, aos contextos econômicos e globalizados. Para os autores, o neoliberalismo “pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência”. Sua normatização e os percursos de consolidação demonstram um caráter de auto-revigoramento e tendência ao ilimitado, comprimindo as sociedades numa combinação de tensões, desigualdades e especulações, cuja amplitude é mundial. Traz implicitamente, a defesa de uma democracia que isenta o direito de propriedade de ser controlado e sofrer deliberações por parte do Estado. Para eles,

[...] o sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

A crença de que, não a democracia, mas o mercado e as relações capitais, assemelhariam-se a um estado social mais natural e puro, fortaleceu a defesa de atitudes menos intervencionistas dos governos ou como lamentam os autores, “intervencionismo exclusivamente negativo” do Estado, que se absteve de seu primordial papel: a função pública. Sob a lógica neoliberal, caminha-se para governos que mirram cada vez mais

recursos sociais, ao mesmo tempo em que enfraquecem a proteção à saúde, ao trabalhador e aos aspectos ecológicos.

Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo (DARDOT E LAVAL, ANO, s.p).

A política neoliberal vem promovendo desregulamentações, graves quebras institucionais e “não destrói apenas regras, instituições e direitos”, mas conduz as sociedades a profundas crises e retrocessos sócio-políticos, sem no entanto encontrar impedimentos substanciais em suas práticas. Uma lógica de liquidez envolve a atmosfera econômica, mas não se restringe somente a ela.

3 SUBJETIVIDADE MODERNA

3.1 CONCEITO DE SUBJETIVIDADE

González-Rey (2003, p.75), numa perspectiva histórica e cultural, teoriza a subjetividade como sendo resultado de processos psíquicos que constituem os sujeitos históricos em seus processos. Concebe-a, como a movimentação incessante de uma emaranhada teia relacional, com “dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética”, a nortear todo o desenvolvimento do sujeito em sociedade. Diante do potencial criador do homem, a subjetividade estaria então a produzir percepções e lógicas próprias, o que para o autor seria o objeto primordial - anteriormente secundarizado - da psicologia: a experiência particular do indivíduo. Para o autor porém, a subjetividade só pode ser alcançada, quando está de tal forma entrelaçada a seu caráter sócio-histórico.

Em sua obra, “O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito”, González Rey (2016), faz uma viagem pelas abordagens psicológicas, tendo como foco central a reflexão acerca do caráter sistêmico do psiquismo e a crítica à não importância ou não compreensão da basilar condição cultural e histórica dos indivíduos. Percorre analisando nesse compêndio, desde as primeiras escolas comportamentalistas, passando pela psicanálise e o humanismo, e seguindo até a psicologia soviética com Vygotsky, quando os processos e o desenvolvimento psíquicos puderam ser compreendidos simultaneamente aos sociais.

Segundo o autor, o humanismo inicial concentrava-se numa representação da psique como instância interna individualizada, caracterizada principalmente, por uma concepção da consciência e congruência como relações de sentido puramente do eu sobre si mesmo. Infere também, que a ideia da autorregulação enquanto racionalização da consciência, tende a diminuir a percepção sobre a complexidade de condições sociais envolvidas nos processos de subjetivação. Apesar disso, reconhece que a partir da segunda metade do século XX, o crescente comprometimento com os panoramas sociais a nível mundial, foi conduzindo as abordagens humanistas a reflexões, definições e implicações frente aos contextos mais complexos das sociedades, como por exemplo, certos níveis de dominação dos sujeitos por uma macroestrutura que extrapola e escapa ao domínio consciente. Nesse momento, segundo o autor, o humanismo aproxima-se muito mais da compreensão do que seria a subjetividade em seu processo mais complexo (GONZÁLEZ REY, 2016).

3.2 ALGUNS ASPECTOS NA COMPREENSÃO DA SUBJETIVIDADE MODERNA

Diante do entendimento da constituição da subjetividade como processo complexo e multifatorial, que tende a integralizar os totais aspectos da vivência humana, pretende-se abordar algumas particularidades, concentrando os debates em torno dos desdobramentos e influências significativas à discussão proposta.

Belmino (2017), desenvolve uma obra sobre a leitura gestáltica presente nas produções de Paul Goodman de meados do século XX, onde são dirigidas intensas críticas aos modelos centralistas e a uma condição de coerção social, especificamente na educação, clínica e política. Para ele, os rumos das sociedades ocidentais na condução de seus processos sócio-políticos, são resultados de um processo secular e criminoso de “perda da referência e distanciamento da sensibilidade e da experiência, que levou o homem a estados cada vez mais deformados de vinculação à sua experiência imediata”. Os indivíduos equilibram-se entre sofrimentos e certo estado de letargia. O homem moderno é capaz de conciliar o paradoxo que consiste em, aceder à desvitalização de sua existência, ao mesmo tempo em que vivencia processos que lhe impõe um estado de extrema ansiedade.

Se por um lado as perspectivas econômicas se viram aumentadas e multiplicadas fatorialmente com o advento da Revolução Industrial, Belmino (2017), infere que Goodman debruçava-se sobre a burocracia e alienação imposta pelo sistema organizado (ciências em

sentido amplo e tecnologias), ampliando os mecanismos de controle dos indivíduos na sociedade e normatização excessiva do cotidiano, ao que o autor clarifica,

diferentemente dos primeiros anarquistas que viam no Estado o principal instrumento da burguesia de coerção do proletariado, Goodman aponta um novo inimigo, a saber, o Sistema, que além de incluir o Estado, pressupõe toda uma lógica de funcionamento social centralista, coercitiva e dominante, que promove formas de alienação ainda mais agressivas, pois, para além das formas explícitas de coerção, a burocratização das relações humanas se traveste agora em um mal necessário, reconhecido e aceito socialmente, e por isto, introjetado na cultura contemporânea sob a forma de dominação dos nossos corpos como formas de saber que entendemos prescindir (BELMINO, 2017, P.247).

Para Dardot e Laval (2016), os processos graduais de burocratização e a proletarização criaram um vazio na existência de milhões de indivíduos. Apartados de seus ambientes e de suas reais aptidões, a perda gradual da autonomia sobre o próprio existir e do sentido da vida num contexto urbano e de isolamento, demonstram a tentativa de adaptação

numa situação sociológica e antropológica perigosa, caracterizada por falta de propriedade, falta de reservas de toda natureza (inclusive laços familiares e de vizinhança), dependência econômica, desenraizamento, alojamento de massas semelhantes a casernas, militarização do trabalho, distanciamento da natureza, mecanização da atividade produtora, em resumo, uma desvitalização e despersonalização gerais (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

Preservando-se a história e os devidos contextos, pode-se constatar vivências semelhantes nos povos submetidos aos processos de colonização e exploração nas Américas, incluindo os nativos e os trazidos via tráfico. São processos que diferem em alguns pormenores, mas que assemelham-se na sua finalidade e ideologia. Continuam na contemporaneidade, travestidos em formas mais normativas e globalizantes, na vivência diária dos indivíduos pós-modernos. Os autores referem que o capitalismo é um sistema extremamente coerente dentro de sua própria história e que, compreendê-lo de forma lúcida e profunda, necessariamente implica conhecer suas morfologias sociais, métodos, estratégias de dominação, além de suas atualizações através do tempo.

Especificamente na pós modernidade, os indivíduos defrontam-se com um modo de existência que traz particularidades, ligadas aos processos de globalização e neoliberalismo, mas que certamente extrapolam os âmbitos econômicos. Dardot e Laval (2016), buscam entender, de que forma o neoliberalismo insere-se na cultura e nas sociedades, engendrando transformações que estão para além de um modelo econômico. Abordam alguns desses aspectos político-econômicos, mas inferem que, para além deles, novos modos de

subjetivação são forjados a partir do arraigamento do sistema neoliberal em todos os domínios da vida, inclusive nas relações sociais.

Através da teorização de Goodman acerca do Sistema Organizado, Belmino (2017) discute particularidades das sociedades atuais, significativas para a compreensão da racionalidade moderna, a citar, a centralização e a sociolatria. Segundo Belmino (2017, p. 252), a centralização traz em si a crença sustentada em uma onipotência do Estado, “a ilusão de que ele seria o único meio possível de vida”, estimulando a busca por proteção nas instituições. O modelo centralista necessita ser compreendido como presente em quase todas as instâncias da atividade humana, também nas práticas educacionais e sócio-políticas da atualidade. Já a sociolatria, diz respeito a uma espécie de devoção e veneração da sociedade, numa lógica onde não há saída fora do domínio e submissão ao Sistema Organizado.

O indivíduo considera então, o Estado ou a sociedade como instâncias superiores e independentes dele mesmo, que serão capazes de lhes defender e garantir realizações mediante sua servidão, numa lógica que subordina as pessoas à “falsa ideia de segurança e proteção social, aliada com a constante ameaça interna e externa” (BELMINO, 2017, p.251). A sociolatria sustenta-se num paradoxo de gerar expectativas (pessoais, econômicas, afetivas) que serão inviabilizadas e frustradas dentro do próprio sistema, onde “a burocratização torna as possibilidades de satisfação praticamente impossíveis, e, por esse motivo, as pessoas se sentem pequenas e fracassadas frente aos grandes empreendimentos da vida” (BELMINO, 2017, p. 253), num ciclo recorrente de expectativa- busca - frustração, o mesmo que mantém a lógica do Sistema funcionando e a devoção dos indivíduos a ele.

Dardot e Laval (2016, n.p.), também discutem a noção de governo a que estão submetidos os indivíduos nas instituições, mas trazem a perspectiva de governo como forma de atividade, e apoiados nos estudos da obra de Foucault “Nascimento da biopolítica”, afirmam que, governar é direcionar esforços na condução das atitudes dos sujeitos. O governo estaria ligado então, a verdadeiras técnicas de domínio inseridas em todas as instituições. A instituição agirá ativamente dentro de um “espaço de liberdade dado aos indivíduos”. Estes se submetem sem perceber, manipulados, na crença de serem governados “pela liberdade”, causando a conformação, aceitação e respeito a certas normas. Devidamente interiorizadas e reproduzidas socialmente, essas condutas passam a gerir o indivíduo e a produzir “certo tipo de relação deste consigo mesmo” sob formas de autogoverno.

As instituições acabam por representar, não somente ao indivíduo moderno de Goodman no pós-guerra, mas também ao indivíduo pós-moderno e racionalmente neoliberal

de Dardot e Laval, apostas de segurança, proteção e garantias que atendem minimamente à manutenção de um modo de vida. Este, torna-se gradativamente mais estável, calculável e de fácil previsibilidade, porém, inevitavelmente, têm se traduzido num misto de egoísmo, apatia e anemia vital. O tema da dependência das instituições e do governo exercido por elas nos indivíduos (inclusive na forma de autogoverno), traz particularidades quando trata-se de um contexto neoliberal e de suas características marcantes em favor da livre concorrência e ideologia de mercado: as rupturas das instituições e estruturas de direito e seguridade. Para Dardot e Laval (2016), isso implica dizer que, as instituições que ora ofereciam segurança e garantias às pessoas, são percebidas, em grande parte esfaceladas, ou mesmo sucumbidas à força dessa lógica hegemônica, contribuindo também para a internalização das normas sociais e burocracias materializadas de outrora, remodelando as subjetividades

[...] num universo de competição generalizada, que intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT E LAVAL, 2016, s/p.).

Os resultados de uma série de processos vivenciados hoje de maneira naturalizada pelas sociedades e nações, são ao mesmo tempo causa e consequência da normatização à qual os indivíduos estão submetidos. Para Belmino (2017, p.253), “o uso da coerção não é fruto de um excesso de poder, mas sim de um sentimento de impotência frente ao outro”. Como consequência, os indivíduos e seus processos de mobilização social tendem a um enfraquecimento, subordinados a um sistema que oblitera ações coletivas e encoraja esforços individuais em regimes de concorrência desmesurados.

Dardot e Laval (2016, n.p.), detalham esses mecanismos de controle e afirmam que acintosamente “as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação”. A diferenciação e o status ocupado pelos que “desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania”. As instâncias coletivas, materiais e simbólicas, vão sendo aos poucos arruinadas em suas capacidades, como por exemplo, com as quebras sindicais, estímulo à abstenção política, naturalização da discriminação e segregação social, submetendo os indivíduos cada vez mais a exercerem e materializarem a lógica das instituições e da busca por segurança pessoal e limitando a capacidade de contrarreação no “conjunto das relações sociais”. Assim,

o sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mudanças subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. (DARDOT E LAVAL, 2016, n.p.).

Belmino (2017, p. 250), problematiza que a busca por mudanças sociais tem tornado-se fusca e duvidosa, pelo fato de que essas soluções estão ligadas, quase invariavelmente, à lógica de funcionamento dentro do próprio sistema e mais, permanecem alimentando-o em sua apetência. O autor menciona que quedamo-nos burocratizados e descrentes, renunciando à autonomia. Em troca dela, optamos pela máscara da burocracia e pelas regras. Explicitamente “a sociedade está aprisionada em seu tempo, acreditando nas soluções que o próprio sistema produz e criando um círculo vicioso em que a saída para os efeitos dos excessos de controle para a nossa vida é mais controle e mais excesso”. Completa, referindo que

as pessoas buscam meios medíocres de satisfação e se contentam com trabalhos burocráticos com pouca vinculação à sua real vocação ou à historicidade de sua comunidade. Confundem o tédio da falta de criatividade com a necessidade de um consumismo imposto pela própria sociedade organizada, ou seja, a sociedade organizada tira das pessoas qualquer crença na criação e na transcendência [...]. Em compensação, enquanto a sociedade faz essa troca, ela também cria meios artificiais (a que poucos segmentos da sociedade de fato tem acesso), afirmando trazer um remédio para o tédio cotidiano, mas que, em contrapartida, só gera mais desvitalização e consumo exacerbado (BELMINO, 2017, p. 253).

Quando a dimensão experiencial busca se atualizar pelo ajustamento criativo, escapando de alguma forma aos controles coercitivos, demonstra sua potencialidade transformadora diante de manifestações como repetições, surgimentos de sintomas, neuroses (tomadas aqui como formas de resistência), diferenças (no resgate das formas conflitivas geradoras de renovação e variabilidade social) e nas quebras históricas. Belmino (2007) referencia a importância de reconhecermos criticamente construtos históricos, sócio-econômicos, políticos e nossos processos de subordinação ao Sistema Organizado, não no sentido de aminguamento a ele, mas para a possibilidade de construções mais genuínas e transformações para além do estabelecido, que não mais reforcem a lógica dentro da lógica.

4. O LUGAR DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: POSICIONAMENTOS E ENFRENTAMENTOS

A Psicologia Social Crítica refere-se a uma perspectiva mais contemporânea da Psicologia Social, cujo posicionamento teórico abarca diversas vertentes de estudos psicológicos, como os ligados à Psicologia da Libertação, Marxista, Pós-modernista, Feminista, dentre outros. Estas, trazem em comum a adoção de posturas críticas, tanto das sociedades modernas (formas de organização, instituições, normas e práxis), quanto da própria psicologia social em seus construtos teóricos e práticos, colocando-se, a favor da mudança social e contrapondo-se ao quadro de exploração, desigualdade e opressão presente na maioria das nações mundiais. Não é de surpreender que a Psicologia Social Crítica, seja a abordagem de preferência dos psicólogos nos estudos dos complexos e desafiadores cenários sociais da América Latina (FERREIRA, 2010).

Ferreira (2010), discorre que a grave realidade social da região, juntamente com o autoritarismo e a iniquidade presentes nas ditaduras militares por volta da década de 70, incentivou os pesquisadores da psicologia social a buscarem estudos mais contextualizados e proveitosos para a realidade social com que lidavam, propondo uma “ruptura radical” com certas vertentes tradicionais e norte-americanas, consideradas excessivamente experimentais e individualizantes.

Baró (2017) considera a Psicologia Social como uma ciência de intermédio, que explora o que há de convergente entre o pessoal e o social dos indivíduos, dialogizando essa constituição de caráter duplo. Nas sociedades, essa ciência volta-se para as relações, vinculações e valorações dos comportamentos humanos nas relações sociais em dada cultura, no espaço e no tempo.

Ele ressalta a importância de desenvolver para a América- Latina - e dentro dela, em cada país - uma Psicologia Social dentro da realidade, contextualizada, cotidiana e acima de tudo, contra hegemônica, não mais aquela importada de contextos que não representam a história de nossos povos. Para ele, a psicologia chegada a nós de forma pronta, é aquela adequada ao “consumo massivo de estudantes universitários ou empresários capitalistas dinâmicos” e aceitá-la seria autorizar o fato de que “uma ciência é definida por aqueles que contam com poder econômico e social para determinar os problemas que devem ser estudados e as formas pelas quais os problemas devem ser resolvidos” (BARÓ, 2017, p.103-104).

Baró (2017), problematiza a popularidade conquistada pela psicologia contemporânea, alertando ao necessário questionamento da difusão e uso desse conhecimento. Confrontamos, então, com a inquietante indagação lançada pelo autor acerca do saber psicológico: realmente serviu a processos de esclarecimento da vida humana, ou permaneceu produzindo vocábulos e ideários reforçadores de individualismos e normatizações?

o indivíduo que ontem era qualificado como idealista passou a ser rotulado de “paranoide”, o ato de exigir responsabilidades passou a ser qualificado de “projeção” e aspirações nada solidárias e egoístas de quem não quer renunciar aos seus privilégios se amparam sob o colorido guarda-chuva das “necessidades de autorrealização” (BARÓ, 2017, p. 101).

Também nesse sentido, Guzzo e Lacerda Jr. (2011) trazem uma crítica pertinente à transformação intelectual ocorrida nas décadas de 70 e 80 na América Latina. Segundo eles, os intelectuais latino americanos perderam sua organicidade e conexão com os movimentos populares, tornando-se excessivamente institucionalizados. Os financiamentos das instituições às quais se submetem, engaiolam suas liberdades intelectuais, os fazendo cumprir, fundamentalmente, as prioridades científicas propostas.

Apesar dos estudos de Ignacio Martín-Baró voltarem-se, algumas vezes, para a realidade específica de El Salvador, o autor problematiza abrangentemente questões referentes à realidade latino americana em sua generalidade. Sua obra traz severas críticas ao cientificismo elitista da psicologia, recheada de ideologias, voltando-se para o enfrentamento dos efeitos opressivos e de exploração advindos do capitalismo. Esclarece que “uma revolução” não corresponde somente a um momento de enfrentamento ou conflito social pungente, mas que “trata-se de um processo pelo qual se busca mudar radicalmente a ordem social” (BARÓ, 2017, p.27).

O autor descreve o que seria o papel de um psicólogo, a partir de seu fazer próprio e atribuições específicas, na contribuição para a construção de uma sociedade “no processo revolucionário”. Dentre elas, um psicólogo do povo deve “buscar uma personalidade social e cultural autenticamente nacional, popular e revolucionária”, priorizando de forma crescente as necessidades básicas da população, promovendo a renovação da mentalidade viciada², enfatizando valores solidários, comunitários e de compromisso social e combatendo, em

² O autor em seu texto original, utiliza o termo “vício” para se referir a certos tipos de prática que constituem desvios de comportamento que visam primordialmente o benefício próprio e que tem como raiz a “sociedade capitalista atual”

determinada camada populacional, as máculas e práticas desajustadas, corruptas e criminosas, advindas de raízes capitalistas (BARÓ, 2017, p.27).

Como referido anteriormente, as dificuldades objetivas relacionadas à permanência dos regimes democráticos nas regiões latino-americanas são imensas e relacionam-se basicamente, à situação econômica, à liderança imperialista norte-americana e aos recorrentes regimes políticos autoritários e de repressão. Baró (2017, p.57), é categórico em afirmar que não podemos acreditar que “uma oligarquia poderosa abdicará da possibilidade de impor seus interesses ao resto da população enquanto perdurarem estruturas econômicas que colocam nas mãos de poucos um imenso poder”. Refere também que, dificilmente enquanto profissionais psicólogos, teremos acesso a modificar, diretamente, esses aspectos objetivos.

Entretanto, o autor afirma que os fatores “subjetivos ou intersubjetivos” que englobam “todo o mundo da cultura e da consciência coletiva, do universo dos símbolos e das ideologias” representam o obstáculo mais direto e, único, passível de ação, por parte dos psicólogos. O autor discorda de algumas noções de psicólogos mais radicais, que responsabilizam o conjunto cultural dos povos latino-americanos como sendo responsáveis pelo seu subdesenvolvimento, mas afirma que uma cultura pode interferir e tolher os processos de revolução social quando “consegue limitar o universo de sentido em que os grupos e as pessoas se movem, distorcendo a percepção da realidade” (BARÓ, 2017, P.60).

Nesse sentido, Baró ressalta a importância da conscientização - aquela cujo ventre foi Paulo Freire - que a psicologia pode exercer, junto ao conjunto de saberes difundidos e naturalizados, pois se estiverem cerceados de ideologias, “limitam o universo de sentido das maiorias populares, alienando os seus marcos de referência e inibindo possíveis movimentos de mudança”. Esses sistemas ideológicos atingem sua máxima eficiência e enraizamento “quando as exigências objetivas de um sistema social são articuladas como exigências subjetivas do senso comum que se traduzem em hábitos, rotinas e papéis estereotipados” (BARÓ, 2017, p. 55, 59-60). Novamente, retomamos a interiorização de normas, discutidas por Dardot e Laval (2016), capazes de modelar e remodelar subjetividades para um sistema sócio-político. Também retornamos à sociolatria em seu círculo vicioso, com efeitos sociais ansiogênicos e potencialmente desvitalizadores, conforme foi debatido por Belmino (2017).

Para o autor, as ações humanas representativas buscam relacionar os interesses sociais aos individuais, materializando de alguma maneira, relações de força, interesse e arranjos sociais. Segundo Baró (2017, p. 60-61), a Psicologia Social tem papel fundamental no estudo das construções ideológicas que compõem as condutas e subjetividades humanas, devendo

“analisar as influências sociais, intergrupais ou interpessoais que emergem em uma história concreta, em uma circunstância e situação muito específicas” e intervindo na desconstrução de ideologias contrárias às formações e interesses populares, como também devendo “desvelar o que há de alienador nesses pressupostos enraizados na vida cotidiana e que fundamentam a passividade, a submissão e o fatalismo.”

Nesse sentido, a ideologia e o senso comum cumprem alguns papéis os quais sucintamente nos propomos a entender. Por senso comum compreendem-se aqueles elementos ligados aos saberes que se constituem e perpetuam pela interação da vida comum e cotidiana, tornando-se naturalizados ou de raro questionamento. A ideologia, por sua vez sugere interpretações da realidade e sistemas de conduta frente a ela; faz a ordem social vigente parecer justa ou coerente; universaliza essas leis do comportamento, naturalizando questões históricas e relações de dominação estabelecidas; possibilita manter e reproduzir um sistema social específico (BARÓ, 2017).

Nos estudos de Baró essa noção de ideologia é crucial, já que para ele, toda a psicologia Social parte do modo pelo qual “na ideologia, as formas sociais se convertem em formas concretas de viver, pensar e sentir das pessoas, isto é, a objetividade social se converte em subjetividade individual e, ao atuar, a pessoa se realiza como sujeito social” (BARÓ, 2017, p. 119-120)

Um dos papéis fundamentais da Psicologia Social em um contexto histórico de exploração e dominação seria o de contribuir em processos teórico-práticos que facilitem a desideologização e conscientização das concentrações populares. Para Baró (2017, P.82), existem dois objetivos principais e abrangentes na orientação de uma psicologia da América Latina que se direciona para a libertação dos povos, sendo “um de caráter instrumental, a redefinição dos modelos teóricos, e outro de caráter final, o fortalecimento das instâncias populares”.

A Psicologia Social realmente comprometida com sua essência, deve imbuir-se de um caráter desvelador de ideologias, desmistificando noções de “senso comum” usadas para forjar e manter processos de opressão. Para que o trabalho do psicólogo adquira um caráter desideologizador, o autor destaca que é essencial “assumir a perspectiva do povo; aprofundar o conhecimento de sua realidade; se comprometer criticamente com um processo que dá ao povo o poder sobre sua própria existência e seu destino”. Refere, por fim, que o alinhamento desses processos é variável e adaptado à realidade e circunstância concreta de cada local ou país (BARÓ, 2017, p. 62).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma real contribuição das ciências humanas à sociedade é se propor ao desafio de, através de seus arcabouços teóricos e práticos, clarificar o panorama das relações às quais estão submetidos os indivíduos. O presente trabalho é um esforço, materializado em poucas páginas, que visa demonstrar a inter relação de alguns aspectos objetivos (econômicos, sociais e políticos), suas influências e possíveis determinações subjetivas na vida das pessoas. Julgou-se imprescindível para este fim, resgatar brevemente o capitalismo, sua dinâmica nos processos de colonização e a lógica moderna de funcionamento neoliberal, fazendo perceber as particularidades desses processos na região latino-americana.

Discutir subjetividade tornou-se um desafio, ao qual se poderia dedicar ainda muito trabalho, visto sua abrangência e importância. Apesar de contarmos com uma psicologia dedicada e mais responsiva às necessidades e demandas dos nossos povos, lidamos ainda com certa escassez de material e publicações que possam contribuir nas discussões acerca da formação subjetiva própria do homem latino. Não obstante, o trabalho permitiu perceber aspectos específicos da subjetividade moderna e o quanto eles se relacionam, adaptam e constroem simultaneamente às vivências junto à lógica de mundo regida pelo capital. Dentro de um cenário globalizado, essas relações amplificam-se e tomam-se de complexidades, sendo necessário um retorno histórico que permita compreender os fatos com maior amplitude e menos idealizações.

Ao fim deste trabalho, nos pareceu fundamental falar em democracia. O capitalismo neoliberal marca nossas sociedades e indivíduos, fazendo sobreviver a altos custos, um sistema em crise. Falar na ordem neoliberal e em suas estratégias globalizantes, particularmente na América Latina hoje, implica revelar, dentre outras realidades, uma profunda fragilidade democrática. Nosso país enfrenta, desde 2016, um processo de quebras e perdas democráticas sucessivas, unidas a uma preocupante conjuntura econômica (empobrecimento, aumento das desigualdades sociais, diminuição da renda e precarização de direitos) que convergem obscuramente à aparição e proliferação de neofascismos e violência social.

De forma semelhante aos demais países da América Latina, discutir um poder hegemônico presente hoje no Brasil, nas relações de mercado e acumulação de riqueza, implica defrontar-se com um dos grandes desafios impostos a essas nações e colocar-se diante do radical produtor de injustiça, desigualdade e exclusão que submeteu historicamente as

grandes maiorias. Os governos e defensores ferrenhos do sistema capitalismo moderno valem-se de um discurso liberal que sustenta os ideais de uma sociedade livre, justa e com iguais condições de luta, mas cujas práticas são antagônicas e não contribuem eficazmente na construção dessa mesma sociedade, o que fica explícito diante de seguidas crises, recessões, decadência social grave e quase generalizada na América- Latina, especialmente no último triênio.

Emanam hoje das vivências comunitárias e rurais, princípios que confrontam a lógica unidimensional, desenvolvimentista e hegemônica. Eles devem ser consolidados nos movimentos sociais, na luta política e vivenciados de forma inversa às práticas neoliberais globalizantes, como na lógica do empreendedorismo solidário que pode se fazer no cooperativismo, nas associações e nos grupos de trocas, produções comunitárias, agricultores familiares e associações. Dentro dessa lógica, encorajam-se estímulos à comercialização e consumo justo e sustentável, serviços prestados e financiamentos solidários. Percebe-se um movimento atual de revolução presente na economia e política, mas que repousa também, de forma desafiadora, no conjunto das práticas e relações sociais.

Para a psicologia Social, através de suas pesquisas, estudos e intervenções, a realidade revela sistemas e princípios de vivências e convivências sociais. Encarregar-se dela e enxergá-la no cotidiano é tornar menos oculta a opressão. Esse trabalho realizou-se na convicção essencial, de que os tempos nos exigem impropeláveis mudanças, soluções fora da lógica de produção tradicional, renovação de atitudes e de meios de luta. Vivências que reformem paradigmas ultrapassados e insustentáveis.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M; PEREIRA FILHO, J.. (Org). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. 1º edição. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. P. 46-85.

ALVES, J. A. B.; KNOREK, R. O desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade: uma reflexão sobre a economia e o meio ambiente. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 17, n. 2, p. 13-23, 2012.

BELMINO, M. C. B. **A Ontologia Gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: Gestalt-terapia, anarquia e desescolarização**. 1º ed.. Rio de Janeiro: Ed. Via Verita, 2017

CATANI, A.F. **O que é o capitalismo**. 34 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **CEPAL: pobreza aumenta na América Latina e alcança 30,7% da população**. Santiago, Chile, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em 26 de novembro de 2018

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. 1º edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. [recurso digital]

FERNANDES, C.. "O que é fisiocracia?"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-fisiocracia.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

FERREIRA, M. C.. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 26, n. spe, p. 51-64, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>.

GONZÁLEZ-REY, F. L.. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2016

GONZÁLEZ-REY, F.L.. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. (Org.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2º ed. Editora Alínea, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

MARTINS, C. E.. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974.